

### 3.

## As Primeiras-Damas da Realeza: A Formação do Imaginário Social

A assistência social, na sociedade brasileira, traz historicamente muitas contradições que ensejam diferentes formas de análises ao longo da sua existência. À primeira vista parece simples de ser tratada, mas não é tarefa fácil, pois vários são os pensamentos equivocados que perpassam por ela.

A ajuda ao outro sempre foi uma prática antiga nas sociedades, pautada na ideia de que na humanidade “sempre haveria pobres e frágeis”. Veiculadas pelas casas religiosas e pela sociedade leiga, abriram-se instituições de caridade baseadas no pensamento de ajuda e benemerência. Os grupos religiosos e filantrópicos mantinham práticas de ajuda e apoio aos pobres e doentes, principalmente através das irmandades ou confrarias e das Santas Casas de Misericórdia, as principais instituições de assistência durante um longo período.

O amor ao próximo e a prática da caridade tornaram-se categorias importantes no interior do cristianismo, sendo utilizados pelos que possuíam riquezas como recursos para “salvarem suas almas”. Sendo assim, o rico e o pobre precisavam existir, pois o rico precisava dos pobres para obter a redenção e o pobre precisava dos ricos para mitigar a sua pobreza.

A Igreja, através de um discurso religioso de salvação, incentivava e influenciava os reis que, por medo do inferno, faziam vultosas doações para as instituições de caridade. Qualquer pessoa portanto que dispusesse de bens e se mostrasse arrependida pelos seus maus atos, encontrava indulgência na Igreja. “A caridade representava a via por excelência da salvação e as esmolas e doações, os valores de troca através dos quais se desculpabilizava o dinheiro e o enriquecimento”. (Quiroga, 2001, p.43).

A prática da assistência, caridade e filantropia, no trato da pobreza e exclusão social, expressou o modo de pensar e agir de cada sociedade em seus diversos momentos históricos. Estes atributos de atendimento ao próximo vinculavam-se ao pensamento religioso da moral e conduta. Cresceram os

números das instituições de caridade pela via religiosa, bem como a caridade leiga.

A pobreza era naturalizada. E o pobre considerado um ser desviante, e como tal era “tratado” na rede da solidariedade social, atrelada à Igreja Católica. O trabalho religioso tinha a responsabilidade de atender e dar conta da situação apresentada. A pobreza era tratada como uma disfunção do indivíduo, que era culpabilizado.

*A competência cotidiana para cuidar de tal fenômeno era colocada para a rede de organismos de solidariedade social da sociedade civil, em especial àqueles organismos atrelados às igrejas de diferentes credos. (Sposati, 1995, p. 41)*

Podemos afirmar que a Igreja teve forte influência na condução da assistência desde a Idade Média, a exemplo das irmandades e das Santas Casas de Misericórdia, que trouxeram transformações e mudanças referentes às responsabilidades do Estado junto às obrigações sociais.

Algumas figuras femininas tiveram participações em contextos político-sociais, no papel de esposas de mandatários; fossem elas rainhas da Idade Média, ou mulheres tradicionais e/ou contemporâneas. Tiveram em seu percurso uma historicidade que marcou uma época, na qual não podemos deixar de assinalar o quanto foram importantes na construção da história das mulheres, enquanto sujeitos ativos. Podemos destacar algumas mulheres que fizeram parte desta construção.

### 3.1.

#### **Isabel de Aragão- Portugal**

Ao longo da história, deparamo-nos com figuras femininas que tiveram papéis importantes, embora em conjunturas diferentes que conquistaram e demarcaram participações enquanto mulheres e esposas de reis ou chefes políticos.

No período medieval, tudo o que se relacionava às mulheres foi escrito e determinado pelos homens — que representavam a Igreja. Pensando em uma

forma de controlar os impulsos ditos carnisais das mulheres, a Igreja, representante do Estado e que detinha o poder, instituiu o casamento para que as mulheres pudessem ser dominadas e educadas pelos seus esposos, vivendo dentro das regras cristãs. Este fato demonstra o quanto as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. No entanto, deparamo-nos com mulheres que, embora retratassem o modelo ditado pela sociedade medieval e, principalmente, pela Igreja, participaram do espaço público e foram importantes no contexto político de seus países.

Iniciando a nossa trajetória, tivemos em Aragão (Espanha) a princesa Isabel de Aragão que, no ano de 1282, casou-se aos 11 anos de idade com o futuro rei de Portugal, D. Dinis, após longa negociação, pois foi o escolhido dentre vários pretendentes.

Naquela época, a mulher era educada para o casamento e devia ser dotada de qualidades, principalmente aquelas voltadas para a religião. Com a Dona Isabel não foi diferente. Ainda jovem, *dona de uma beleza discreta, e virtuosa*, toma gosto pelas meditações e orações, avessa à vida de riquezas que poderia possuir, pensou em ir para o convento, porém, submissa, acatou a decisão dos seus pais e casou-se, após longa negociação entre os responsáveis, interessados .

É importante destacar que D. Dinis foi o soberano português que realizou um dos primeiros processos de unificação do poder no contexto europeu. De fato, Portugal foi um dos primeiros países a realizar a unificação do poder sobre os domínios feudais.

Nos primeiros anos de casada, acompanhava seu esposo em ações diplomáticas, seja para estabelecer alianças, seja para dirimir conflitos internos entre outros reinos. Ela participava de atividades diplomáticas e intervinha sempre que possível, pacificamente nos sucessivos conflitos.

*Iniciou uma importante ação diplomática como mediadora nas divergências entre o Rei português, cujo anseio era uma política de centralização da monarquia contraparte da nobreza. Esta defendia os privilégios senhoriais e era representado por D.Afonso, irmão de D. Dinis e, depois, pelo filho e futuro Rei de Portugal D. Afonso IV. (Gimenez, 2005, p.11)*

Isabel de Aragão conquistou a simpatia e admiração do povo por onde passava, visto que preocupava-se com os pobres e os marginalizados, passando a dedicar-se às atividades assistenciais com a criação de hospitais, hospícios e orfanatos e dando apoio a conventos e congregações religiosas. Essas ações, de certa forma, buscavam o apoio e a legitimação do povo em um momento de unificação de Portugal, o primeiro país da Europa a se unificar, uma vez que o país era dividido em feudos. Essa unificação do poder implica igualmente a unificação de irmandades que já existiam naquele país, e com o intuito de atender aos pobres e doentes, foram fundados vários hospitais, albergues e leprosários.

*Essas imagens atribuídas à rainha serviram para reforçar ainda mais sua importância como modelo de mulher perfeita, contribuindo para que ela ficasse conhecida pelo povo português, entre outros atributos, como um exemplo de esposa dedicada, de mãe perfeita e uma autêntica heroína, apenas feita de amor, de perdão, de paz e de santidade. Essas imagens ganhavam novos contornos com a morte de D. Dinis. (...), Segundo os cronistas, foi durante esse período em estado de viuvez que a rainha Isabel desempenhou fielmente todas as ações de uma verdadeira santa, ao se recolher no mosteiro de Santa Clara e viver uma verdadeira vida franciscana, empregando todo seu tempo a serviço dos necessitados e dedicando-se aos exercícios de compaixão e de mortificações. (Gimenez, 2005, p.34).*

A unificação implicava obediência ao rei, o que exigia a criação de bases para a expansão do seu poder. Neste contexto, a presença de uma figura feminina ao seu lado garantia a legitimação social deste poder, além de implicar a criação de aliados, expandir valores e transmitir o exemplo de bondade, caridade e amor ao próximo ao imaginário social. Deste modo, Dona Izabel desempenhou importante papel político em sua época.

*Mais que uma disputa familiar, essas divergências entre o marido e o filho revelaram uma etapa importante na evolução política do reino português, marcado principalmente pelos anseios de D. Dinis em centralizar a administração e a justiça do reino sob o seu comando contra antigos privilégios regionais e senhoriais que eram defendidos por uma nobreza que via no Infante D. Afonso um aliado em potencial. (Gimenez, 2005, p.176)*

Durante o reinado, D.Dinis viajava pelo país visitando burgos e solucionando os problemas que se apresentavam. Com a ajuda da sua esposa, tentava melhorar a vida dos pobres, fundando diversas instituições de caridade.

A história nos indica que Isabel de Aragão era um “modelo de virtude” para os pobres. Além disso, exercia o papel de mediadora e conciliadora diante dos frequentes conflitos entre os seus familiares que a chamavam de *anjo da paz*.

A representatividade da figura feminina foi de suma importância para a população e para Portugal. Isabel de Aragão foi canonizada em 1625 pelo Papa Urbano VIII, passando a ser considerada a Santa Padroeira do país<sup>1</sup>. Assim, “Santa Isabel” reafirmou sua legitimidade no imaginário social por dois grandes operadores de legitimação: o imaginário religioso e o do poder. Nesse caso, o poder real do qual fazia parte.

### 3.2.

#### Leonor de Lencastre- Portugal

Ainda em Portugal, outra figura feminina marcante na história foi a Dona Leonor de Lencastre, uma das rainhas de Portugal. Leonor casou-se muito jovem, como era de costume, aos 12 anos, com o seu primo, o futuro rei de Portugal, que tinha 15 anos. Foi envolvida com assuntos do Estado e regente do reino, em 1498, durante a ausência do seu esposo.

Os estudiosos a consideram como uma mulher de fortes convicções que deu uma grande contribuição para a história política e social da monarquia portuguesa. Era caracterizada como uma pessoa bondosa e bela. A beleza e a formosura eram retratadas, em todas as épocas, pelos pesquisadores, de tal forma, que estes adjetivos faziam parte da realeza.

Em Portugal, a desestruturação da economia feudal e o desenvolvimento da expansão marítima geraram concentrações demográficas em torno das principais cidades portuárias, marcadas por condições de vida difíceis e

---

<sup>1</sup> Conta a lenda que uma vez deixando o palácio e portando pães para os pobres, foi inquirida em relação a sua presença fora do espaço real. Respondeu que “colhia flores” e abrindo seu avental, caíram rosas, conformando suas palavras e intenções. Por conta deste “milagre” foi considerada “Santa” e a partir daí: a grande protetora dos pobres e do país.

degradantes: a pobreza, com seus doentes andrajosos e enjeitados, era visível. Além disso, havia grande número de viúvas e órfãos decorrentes dos naufrágios e batalhas; e a situação dos presos exigia atenção. A expansão marítima atraía um grande número de pessoas à procura de trabalho na área portuária ou comercial, que não se inseriam no mercado de trabalho. A tendência era o aumento no número de pobres, doentes, enjeitados, órfãos, viúvas e presos.

Diante do quadro de pobreza, a Igreja mantinha sua responsabilidade e sua presença como uma forma de aliviar as tensões, além de ter como papel a mediação entre a ajuda de donativos dos nobres aos pobres. A Igreja expandia o seu papel social à medida que se fortalecia e legitimava sua hegemonia. Se por um lado amenizava as tensões sociais, por outro, disciplinava os pobres, temidos pela possibilidade de ameaça à ordem estabelecida.

*Foi então no reinado de D. João II que se assiste a institucionalização da política assistencialista e sua concentração nas mãos reais. Nesse sentido, a assistência, que nunca deixou de ser uma expressão do espírito de caridade, integra-se a uma nova dimensão, a do estado, com uma perspectiva que vai muito além da motivação religiosa. (Silva, 2008, p.02)*

D. João II desenvolveu uma política centralizadora que já intervinha no campo assistencial. Concede a Dona Leonor o apoio aos desamparados para que habitassem um sítio de propriedade do rei, além de promover a junção dos pequenos hospitais em um único, que foi chamado de Hospital de Todos os Santos.

Quando viúva, instituiu, por iniciativa própria a Santa Casa Misericórdia, onde atendia aos pobres sem perder de vista a atenção espiritual. Assim a primeira Santa Casa surgiu em Lisboa, em 1498, sendo posteriormente disseminada por diversas regiões de Portugal e nas diferentes colônias, inclusive no Brasil<sup>2</sup>, e que recebeu, além desta prática, as crenças, os valores e as tradições trazidas para o país.

---

<sup>2</sup> No Brasil, a primeira Santa Casa foi fundada por Braz Cuba, no ano de 1543 em São Vicente (Vila de Santos), seguida pelas da Bahia, Espírito Santo, Olinda, São Paulo, dentre outras. “Misericórdias: O magnífico Legado Luso”. Disponível em: [www.scms.org.br/noticie.asp](http://www.scms.org.br/noticie.asp). Acesso: 17 julho 2008.

Cabe destacar que desde o período colonial brasileiro, a assistência foi representada pelas Obras das Santas Casas por determinação do rei de Portugal. É conhecida a acumulação de riqueza destas instituições religiosas que, em troca da redenção e da salvação dos reis e nobres, recebiam bens e valores, aumentando o seu poder e patrimônio; além, como já vimos, de legitimar a dominação e a submissão, e a mantendo a organização econômica, política, social.

As Santas Casas de Misericórdia beneficiaram-se com a chegada da família real ao Brasil, uma vez que a população aumentou, bem como os preços dos alimentos e dos aluguéis das residências. E como a instituição era proprietária de muitos imóveis da cidade, aumentou e muito a sua renda. O aumento deste patrimônio não foi seguido de uma boa assistência aos necessitados e às órfãs e portanto, muitas queixas ocorreram devido ao não cumprimento do seu papel assistencial

Ela deu continuidade às ações assistenciais que já existiam através das ordens religiosas, e que passou a se caracterizar como principal instituição de assistência pública portuguesa.

As Santas Casas de Misericórdia reforçavam as ações caritativas e solidárias que envolviam voluntários no trabalho de atendimento e arrecadação de gêneros para os doentes, presos e pobres.

*A misericórdia tornou-se, portanto, um locus centralizador do exercício da caridade e da assistência organizado no interior de uma instituição que lidava com uma série de questões que iam além da simples fé na salvação da alma pelas boas obras. (Galdeman, 2005, p.60)*

As irmandades, assim chamadas as “responsáveis pelo trabalho das obras de misericórdias”, tinham privilégios e prestígio social, e tamanha era a exigência para entrar no grupo, que o acesso tornou-se restrito e só faziam parte delas aqueles que eram do grupo dominante.

A questão da saúde e assistência foi premente nesta época e a finalidade das Santas Casas de Misericórdias era o atendimento material aos necessitados, além da intervenção no aspecto religioso, porque os assistidos eram obrigados a manter os compromissos espirituais prescritos pelas obras de

misericórdia<sup>3</sup> que eram sete: a) ensinar os ignorantes, b) dar bons conselhos, c) punir os transgressores, d) consolar os infelizes, e) perdoar as injúrias, f) suportar as deficiências do próximo e g) orar a Deus pelos vivos e pelos mortos. E havia também sete compromissos corporais: a) resgatar os cativos e visitar os presos, b) tratar os doentes, c) vestir os nus, d) alimentar os famintos, e) dar de beber a quem tem sede, f) abrigar os viajantes e os pobres e g) sepultar os mortos.

Uma nova ação social se vislumbrava e era colocada em prática através das Santas Casas de Misericórdia, contudo o que deve ser destacado é a continuidade do objetivo de manter a convivência entre os pobres e os ricos para manutenção do status quo, além de contribuir para a organização econômica, social e política do país, mantendo a dominação, a submissão e a legitimação do poder através da caridade entre as classes empobrecidas.

Considerando a atuação, no campo assistencial, das duas figuras da realeza portuguesa, Isabel de Aragão e Leonor de Lencastre, a primeira firmou um imaginário de valorização da caridade e sua relação com as mulheres. A segunda contribuiu com a criação da estrutura institucional para o exercício da assistência pública, as Santas Casas que, se por um lado mantinham vínculos religiosos, por outro, criavam nova institucionalidade: a assistência pública.

Mas não podemos deixar de destacar que estas mulheres tiveram em comum a construção de um imaginário social, envolvendo a assistência, baseado no mito da virtude, da bondade, do belo e da caridade, que vai se legitimando ao longo da história.

---

<sup>3</sup> O pensamento barroco pregou a submissão da consciência individual à Igreja. Firmava-se, desta forma, o poder da Igreja de posicionar-se entre o indivíduo e Deus, entre os pecados e a absolvição. O fiel não tinha, portanto, acesso à verdade sobre si sozinho. Sua verdade, a verdade sobre sua fragilidade carnal e sobre a sua salvação ou danação eterna de sua alma encontrava-se nas mãos daqueles *autorizados* a falar com Deus e até mesmo a legislar por ele. Da mesma forma que o monarca. Neste sentido, parece-nos que a Santa Casa de Misericórdia ao ser criada no século XV, viria a disputar um poder de caráter semelhante. “O poder de centralizar a assistência aos pobres e desta maneira de intermediar uma série de relações.” (Galdeman, 2005, p.30).

### 3.3.

#### **Maria Leopoldina-Brasil**

No Brasil colônia, podemos citar como exemplo de figura feminina a princesa Maria Leopoldina<sup>4</sup>, esposa de D. Pedro I. De família rica e conceituada, foi educada para costurar e bordar, e ter os conhecimentos necessários para um futuro casamento. Manter uma boa educação e um matrimônio arranjado perpassava também os valores da sociedade desta época.

O casamento, como já foi dito, era uma espécie de tratado de interesses econômicos e políticos entre países, no intuito de se fazerem boas alianças políticas. Pensando nesta possibilidade, D. João, rei de Portugal e Brasil, desejava casar o seu herdeiro, D. Pedro Orleans Bragança, com a D. Maria Leopoldina que era de família tradicional e poderosa da Europa.

Maria Leopoldina casou-se por procuração e, após alguns meses de viagem, chegava ao Brasil, deixando sua família em sua terra natal, a Áustria. Ela carregava dentro de si expectativas de como seria o seu esposo e o seu novo país, ainda colônia de Portugal. Em terras brasileiras, teve dificuldades em adaptar-se ao clima quente e ao sistema escravocrata.

Ela era uma pessoa culta que tinha por hábito a leitura, a pintura e a poesia. A aproximação com o marido ocorreu graças a sua inteligência e cultura. Com D. Pedro I teve sete filhos.

Em 1822 foi nomeada Chefe do Conselho do Estado e Princesa Regente Interina no Brasil, com poderes para governar o país durante a ausência de D. Pedro que viajara a São Paulo para apaziguar uma possível guerra civil que resultaria na separação da província de São Paulo com o resto do Brasil. Neste período a princesa recebeu a informação de uma iminente ação contra o Brasil, que exigia o retorno do príncipe a Portugal, uma vez que a “(...) *presença de D. Pedro no Brasil dificultava as pretensões do governo português de recolonizar o país.*” (Torres, 2002, p. 81). Sem aguardar o retorno do seu esposo, assinou o Decreto da Independência, que significava a separação do Brasil de Portugal. Enviou uma correspondência para o príncipe relatando os acontecimentos e advertindo-o com a seguinte frase: “*o pomo está maduro, colhe-o já, senão*

---

<sup>4</sup> Arquiduquesa Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo-Lorena, cunhada de Napoleão I. Imperatriz do Brasil entre 1822 e 1826.

*apodrece.*” (Costa & Mello *apud* Torres, 2002, p. 81) <sup>5</sup>. D. Pedro responsabilizando-se pela decisão da esposa proclamou a independência do Brasil.

Ela exerceu papel ímpar na proclamação da República do Brasil. *“Nesse processo de luta pela emancipação política do Brasil, a presença marcante da imperatriz Leopoldina foi fundamental.”* (Torres, 2002, p.80). Tinha grande senso político, e orientava o seu esposo em suas ações, à medida que percebia o jogo político da corte portuguesa. A presença da imperatriz foi portanto, marcante no processo de emancipação política brasileira.

Segundo Torres, o fato de D. Pedro I ter ouvido e acatado os conselhos da sua esposa, em uma época em que as mulheres eram inexpressivas e passivas, indica que possivelmente Dona Leopoldina teve uma educação digna de uma imperatriz. *“(…) para ter poder de participação e de decisão política própria dos nobres, papel que mais tarde seria decisivo nos rumos políticos da nação brasileira.”* (Torres: 2002 p.81). Este quadro demonstra o quanto ela esteve presente na vida política do marido e, ao seu lado, apoiando-o. Conscientemente, desafiou o papel imposto na sociedade às mulheres de sua época e assumiu, decisivamente, enquanto primeira dama, um papel político ao lado do seu esposo. Não houve mais vontade, da parte dela, em retornar a Portugal, pois havia um interesse maior, coletivo, do qual fazia parte a nação brasileira. *“Ela assume um nível de participação política para além da imanência doméstica.”* (Torres, 2002, p.85)

Na história não há relato de ações benevolentes e/ou caritativas voltadas para o social, mas sua participação política foi decisiva para a independência do Brasil. Percebemos que a participação desta primeira-dama foi importante nesta conjuntura política, e que o primeiro damismo nasceu no Brasil neste contexto.

Posteriormente, o primeiro damismo foi desenvolvendo atividades assistencialistas e paternalistas, distanciando-se das suas origens.

---

<sup>5</sup> Segundo Torres, esta frase poderia ser interpretada como “a hora é esta, separe o Brasil de Portugal imediatamente ou se perderá esta oportunidade.” (2002, p. 81)